

Massa Crítica

nº 9 - maio de 2004

Análise de Conjuntura sobre fatos da atualidade nacional e internacional
Pacs - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

Encontro de Primavera FMI - Banco Mundial: “Chegaram os bons tempos”

*Renata Lins
Economista do Pacs*

Como todo ano acontece, nos dias 24 e 25 de abril realizou-se em Washington o Encontro de Primavera (Spring Meeting) entre FMI e Banco Mundial. Neste encontro anual, são discutidos os resultados da atuação das duas instituições, e são, sobretudo, definidas orientações para os países “apoiados” por estas. O evento deste ano foi especialmente comemorativo, visto que as duas instituições completam 60 anos em 2004.

Para os países em desenvolvimento, porém, não há o que comemorar.

O FMI e o Banco Mundial, organismos inicialmente criados para possibilitar a reestruturação da economia mundial no pós-guerra (são “instituições irmãs”, segundo Thomas Dawson, diretor de Relações Internacionais do Fundo), foram-se transformando, após a reconstrução da Europa, em agentes de interferência dos países do chamado Primeiro Mundo na política econômica dos países endividados, utilizando para este fim as cláusulas de metas inseridas nos acordos firmados – que constituem a obrigação contrapartida aos empréstimos do Fundo.

Assim é que, na década de oitenta, passou a ser considerado déficit público o gasto em investimento das estatais, quando financiado por terceiros.

Ora, nenhuma empresa investe a partir de seus próprios recursos de caixa: este critério teve como resultado, pois, bloquear o crescimento e desenvolvimento das empresas estatais, colaborando para o discurso do “se é público, é ineficiente” e abrindo espaço para a posterior privatização destas empresas.

Quanto ao déficit público, hoje combatido pelo Fundo como o pior dos males, foi e é fundamental para as políticas de Crescimento implementadas pelas economias dominantes – tanto que as economias da União Européia aceitam a necessidade do déficit público: determinaram um limite para o déficit público de 3% do PIB de cada país.

Isso porque a UE entende que qualquer governo financia seus investimentos – que são fundamentais para o crescimento – com dívida (como uma empresa o faria), enquanto realiza os gastos correntes com as receitas de tributação. Neste caso, existe previsão de déficit primário, na dimensão das necessidades de investimento público. Já para os países em desenvolvimento, além de o Fundo cobrar um *superávit* primário, considerava até agora investimentos de estatais como componentes do déficit público.

As políticas preconizadas pelo Fundo e pelo Banco Mundial não são, porém, promotoras de crescimento: na década de noventa, a abertura comercial indiscriminada e brusca realizada com apoio do FMI, aliada à manutenção de taxas de câmbio irreais, levou o Brasil a um endividamento externo crescente (já que as importações ficavam mais baratas e as empresas nacionais não tiveram tempo para se adaptar às novas condições de concorrência). Conteve-se a inflação, mas a que custo?

O próprio Banco Mundial, em sua página na internet, reconhece que “as economias da América Latina e do Caribe cresceram pouco na década de 1990 e a pobreza só diminuiu marginalmente. Em 2001, a proporção dos pobres na região, inclusive dos que vivem com menos de US\$1 e US\$2 por dia – 10 e 25 por cento do total da população, respectivamente – é mais ou menos a mesma do que em 1981, quando essas cifras eram 10 e 27 por cento”.

No entanto, neste Encontro de Primavera de 2004, após duas décadas de crescimento pífio, em que os países que adotaram o receituário do Fundo foram os que mais sofreram, essas instituições continuam adotando um tom de pais severos com seus filhos desobedientes: a América Latina deve “usar os bons anos para se fortalecer”, pois os anos subsequentes podem não ser tão bons.

Evidentemente que “se fortalecer”, do ponto de vista do FMI, não significa, como se poderia pensar, aumentar o emprego, o crescimento, investir em saúde, infra-estrutura, educação, reduzir o famigerado déficit social que não entra nas contas do FMI e do Banco Mundial quando consideram que estamos vivendo “anos bons”.

O incentivo do FMI, do Banco Mundial, é para que a América Latina poupe mais no ano que se inicia, para, segundo os representantes das duas instituições, reduzir sua vulnerabilidade em tempos de crise.

Não se fala do aumento do desemprego, da precarização do trabalho, da pobreza; no anunciado colapso da infraestrutura (de que foi representativo o “apagão” sofrido pelo Brasil na era FHC, que agora ameaça a Argentina).

Não se fala que o aumento da poupança do país significa, necessariamente e na mesma medida, a impossibilidade da retomada do crescimento - já que o superávit público nada mais é do que a retirada de recursos da economia privada, ou seja: a contrapartida necessária do superávit público é a redução da renda do setor privado como um todo - sem que isso resulte na melhora do setor público, visto que estes recursos retirados não podem ser reintroduzidos na economia, sob pena de...reduzir o superávit.

Não se fala nada disso. Ao contrário, de seu distante escritório, pontifica o economista-chefe do Banco Mundial para a América Latina, Guillermo Perry: “Agora que chegaram os bons tempos, o desafio para os países latino-americanos é assegurar que aumentem a renda (...) e os superávits através da região, para que, quando acontecer um problema, mostrem mais resistência”.

Não nos explica ele como farão os países para aumentar a renda e, ao mesmo tempo, o superávit –cujo único efeito certo, como já enfatizado, é o de reduzir a renda.

Neste quadro pouco animador, deve-ser registrar um avanço inesperado - uma “bondade” do Fundo: ao fim da reunião, foi finalmente aceita a proposta do Brasil de excluir do cálculo do superávit primário (receitas menos despesas do governo, excluídos os gastos com pagamento de juros) os gastos em infra-estrutura – contanto que esses gastos tragam retorno financeiro.

É um avanço muito pequeno, visto que, como apontado acima, o absurdo é que estes gastos tenham algum dia sido considerados no cálculo do superávit primário – e as empresas estatais terem sido, por conta disto, deliberadamente estranguladas. Além disso, ainda há que ser visto o que, de fato, será aceito pelo FMI como “gasto com retorno”. Ainda mais se isso for contrabalançado pelo aumento da “poupança do governo”, que implica a redução de outros gastos.

É realmente muito pouco, quando consideramos o grau de responsabilidade que ambas as organizações têm no processo de desmonte dos Estados argentino, equatoriano e brasileiro, apenas para citar alguns exemplos. Restitui-se com uma mão o que foi tirado com a outra. Afinal, o colapso da infra-estrutura energética brasileira, e agora argentina, nada mais foram do que o resultado do ajuste excessivamente bem-comportado às orientações do Fundo.

Contudo, do lado de fora dessa reunião anual dos “braços de ferro do sistema do capital” – BM e FMI – milhares de pessoas se manifestavam dizendo que “60 anos bastam!”, e que é preciso refundar as organizações multilaterais sobre outras bases. É preciso acabar com o saldo de destruição de projetos autônomos de desenvolvimento, de aumento da pobreza e dos conflitos generalizados nos quatro cantos deste planeta, resultantes da submissão às políticas impostas. Isso para que, com organizações multilaterais renovadas, fundadas sobre novas prioridades, não tenhamos que ouvir seus dirigentes chamar a situação calamitosa que estamos vivendo de “os anos bons”. Bons para quem?

MASSA CRÍTICA* é um informe com periodicidade irregular do PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, distribuído por via eletrônica e impressa referente a fatos relevantes da conjuntura nacional e internacional. [Este boletim pode ser reproduzido desde que seja citada a fonte.](#)
Endereço: Av. Rio Branco, 277, sala: 1609 – Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP.: 20040-009
Telefax: + 55 21 2210-2124 - Sítios: www.pacs.org.br

* Se você deseja indicar alguém para receber este informativo [CLIQUE AQUI](#)

* Se você não deseja mais receber este informativo [CLIQUE AQUI](#)

Quem somos

Criado em 1986, no Rio de Janeiro, o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS é uma instituição sem fins lucrativos dedicada à assessoria eco-social e à ação educacional em colaboração com os movimentos sociais.

Objetivo

Nosso objetivo é contribuir para o autodesenvolvimento humano e para a construção de uma opinião pública crítica e criativa, capaz de cobrar a promoção e a implementação de políticas públicas transformadoras, participantes, tecnicamente competentes, desde o nível municipal, nacional e global.

Metodologia

Fundamentados na Metodologia da Práxis trabalhamos com pessoas e organizações, no intuito de fortalecê-las individual e coletivamente para que se tornem sujeitos de sua própria história e de seu autodesenvolvimento. Nossas ações se desenvolvem em duas dimensões simultâneas: uma local, imediata, e a outra nacional, global e mediata.

Atividades

Pesquisas, análises e reflexão crítica, sob a forma de publicações, programas de rádio e audiovisuais; elaboração de propostas e políticas alternativas e projetos de desenvolvimento; assessorias e atividades educativas com movimentos sociais, ecumênicos e prefeituras entre outros; participação em redes regionais e internacionais.

Os parceiros

Ação Quaresmal (Suíça)
Christian Aid (Reino Unido)
DKA (Áustria)
Ford Foundation (EUA)
FPH (França)
Instituto Marista de Solidariedade (Brasil)
SCIAF (Escócia)
TRÓCAIRE (Irlanda)

Título de Utilidade Pública Federal – Portaria nº 2.476, de 17 de dezembro de 2003 – Diário Oficial da União de 18/12/2003.

Inscrição nº 620 no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, processo nº 08/015202/03, publicado no Diário Oficial do Município em 28/10/2003.